

RESSIGNIFICANDO A MATERNIDADE: PSICANÁLISE E LITERATURA¹

Cristina Stevens

Resumo: O presente trabalho explora estudos teóricos que têm buscado conciliar feminismo e maternidade, e seus reflexos na literatura. A partir da perspectiva psicanalítica, objetivam desconstruir os mitos patriarcais que regulam a complexa experiência da maternidade; analisam as fragilidades e inconsistências do paradigma edipiano, e identificam o crescimento de outras economias psicológicas e narrativas que buscam ressignificar a maternidade sob a ótica da mulher. Cixous, Irigaray e Kristeva, e recentes contribuições para uma teoria feminista da maternidade. Breve análise desta temática na literatura inglesa.

Palavras-chave: psicanálise; maternidade; literatura inglesa contemporânea.

A este ato cruel de autonegação, quando desejei que a terra me tragasse, você deve o seu nascimento, e eu o prazer indescritível de ser mãe.

Mary Wollstonecraft, *Maria, or the wrongs of woman*

Todos nós temos mães, e como mulheres temos o potencial para sermos mães; mas a maternidade é uma realidade que conceitualmente tem sido deformada, evitada, idealizada, degradada. Concepções religiosas, mitológicas, socioculturais nos apresentam conotações complexas que vão de um sentimentalismo quase doentio a uma imagem aterrorizadora de “continente escuro”, negativo, que precisa ser controlado, anatomizado, demonizado. Essas formulações patriarcais tiveram – e ainda têm – impacto incalculável na vida de homens e mulheres, e por isto têm merecido a atenção de feministas, sobretudo nas três últimas décadas.

Por muito tempo a maternidade foi considerada um fato puramente biológico, fixado literal e simbolicamente nos limites do domínio privado e emocional. Os discursos religiosos, médicos e psicológicos que descreviam e sobretudo prescreviam esses papéis foram bastante danosos. Hoje, debatemos a função e *status* da mater-

nidade no espaço público, e sua complexidade aumenta à medida que o sentido de maternidade se diversifica, uma vez que à mãe tradicional vem juntar-se a mãe adotiva, a mãe lésbica, o homossexual que materna, a mãe de aluguel, a mãe adolescente, a mãe solteira, a mãe prisioneira, a mãe pobre, negra, a mãe genética etc. Embora consciente da diversidade de circunstâncias materiais e culturais que remetem à análise de significados construídos no plano individual e local, acreditamos que existem algumas preocupações em comum, apesar das diferenças. A multiplicidade da mulher está presente na figura da mãe, para quem convergem as dimensões de classe, raça, etnia, sexualidade etc. Além disto, a problemática do corpo, a qual ainda é uma questão central dos estudos feministas, está inevitavelmente ligada à figura da mulher enquanto mãe. A maternidade torna difícil a simples rejeição da questão biológica; isto nos força a pensar sobre a importância do corpo e os riscos das definições essencialistas formuladas não só pelo homem, mas também por algumas teóricas do feminismo.

Estudos feministas mais antigos colocavam a problemática do corpo em conflito potencial com os interesses da mulher. Desde os anos 1970, vários estudos foram desenvolvidos a partir de uma perspectiva feminista, com o objetivo de historicizar a problemática da reprodução e da biologia feminina, e hoje, pode-se afirmar com segurança que a reprodução não é um fato biológico atemporal – a biologia já não pretende existir fora da história; ao contrário, observa-se um uso ideológico da biologia. Em nossa cultura ocidental, as fronteiras entre natureza e cultura são fortemente marcadas, o que tem estreita relação com a dominação e exploração da mulher/mãe.

Em seu livro *Mother without children. Contemporary fiction and the crisis of motherhood* (1997), Elaine Tuttle identifica três fases no posicionamento das feministas com relação à problemática da maternidade: a primeira, com o feminismo pós-guerra (com a seminal – ou “ovular” – influência de Simone De Beauvoir e Betty Friedan, principalmente), que negligenciou a importância da maternidade até final dos anos 1960. O desconforto do movimento feminista com a vulnerabilidade e falta de controle que são atribuídos à – e com certeza são elementos da – maternidade fez com que as feministas eliminassem essa identificação com a biologia, uma reação compreensível à associação patriarcal mulher=corpo. Na segunda fase, iniciada a partir dos anos 1970, busca-se não apenas conscientizar a mulher sobre as cruéis distorções das formulações patriarcais sobre a maternidade, mas também despertá-la para o enorme potencial positivo dessa condição. São riquíssimas as produções teóricas nesta fase, com estudos nas áreas de psicanálise, sociologia, história, religião, antropologia, além do resgate de relatos de experiências individuais incorporados nessa nova textualidade sobre tão complexa temática. Destacamos nesse período as contribuições de Adrienne Rich, Nancy Chorodow, Dorothy Dinnerstein e das teóricas francesas Helene Cixous, Luce Irigaray e Julia Kristeva; essas três últimas, trabalhando sobretudo no sentido de resgatar, reinterpretar e revalorizar a diferença – com a vitalidade que eu caracterizaria como típica de um processo de “retorno do

reprimido". Entretanto, concordamos com a análise de várias feministas que essas teóricas (defensoras do chamado "feminismo da diferença"), ao buscarem cultivar conexões e arqueologias ginocêntricas, negligenciaram o perigo de satisfazer a imperativos essencialistas conservadores.

Nancy Chodorow argumenta que a universalidade da maternação tem sido raramente analisada, precisamente por causa do caráter de universalidade do qual esse processo foi investido e que ela problematiza em seu seminal/ovular livro *The reproduction of mothering* (1978); sua tese principal é a de que a reprodução dos padrões tradicionais de maternação – questão central para a divisão sexual do trabalho e conseqüente dominação masculina, conforme demonstrado por Beauvoir e Engels, entre outros – se dá através de processos psicológicos induzidos social e estruturalmente, e que se reproduzem de forma cíclica. Essa reprodução, analisada como *human malaise* por Dorothy Dinnerstein, constitui a tese central do seu livro *The mermaid and the minotaur* (1977). Dinnerstein nos apresenta rica argumentação para a desconstrução do fato universal de que a responsabilidade básica com o cuidado da criança cabe à mãe, alertando também para os perigos dessa tradicional forma de parentalidade. Ela argumenta ainda que a aceitação da autoridade patriarcal (inclusive pela mulher) tem origem no temor – embora inconsciente – que a criança tem do poder da mãe, o objeto do medo e das fantasias sobre poder e autoridade.

Após apresentar as bases biológicas da gestação, parto e lactação, Chodorow explicita os fundamentos socioantropológicos que expandem e perpetuam essas bases, em que observa-se uma estrutura assimétrica de papéis do homem e da mulher na família; como o processo de identificação da criança ocorre de forma consciente através da aprendizagem, Chodorow demonstra (dentro de uma perspectiva psicanalítica) como a capacidade e habilidade da mulher para a maternação – sua função inicial de "ego externo" da criança, de provedora total do universo externo – são fortemente internalizadas, na estrutura psíquica da mulher. Ela propõe então uma nova psicodinâmica, multiparental para a família, na qual

As crianças poderiam ser dependentes, desde o início, de pessoas de ambos os gêneros; assim, estabeleceriam uma noção individual do ego em relação a ambos. Dessa forma, a masculinidade não ficaria amarrada à negação de dependência e desvalorização da mulher. A personalidade feminina estaria menos preocupada com processos de individuação e crianças não desenvolveriam medos da onipotência materna nem expectativas quanto às qualidades inigualáveis de sacrifício e abnegação das mulheres. Isto reduziria a necessidade do homem de defender sua masculinidade e controlar as esferas social e cultural que tratam e definem as mulheres como secundárias e impotentes, bem como ajudaria a mulher a desenvolver a autonomia que tem sido sacrificada por essa excessiva imersão em emoções e atividades relacionais.²

Assim como o livro de Chodorow, *Of woman born*, de Adrienne Rich (1981), constituiu um marco nos estudos sobre esta problemática.³ Rich tem trabalhado a

teoria psicanalítica sob uma perspectiva feminista e expõe a utilização ideológica da teoria psicanalítica, a qual define a mãe apenas a partir do falo; a psicanálise não teoriza sobre a mãe em si, apenas como a criança a vê, ou melhor, como se distancia da mãe e identifica-se com o pai. Ela escreve:

As mulheres têm sido mães e filhas, mas têm escrito muito pouco sobre esse assunto; a grande maioria das imagens literárias e visuais da maternidade vem até nós filtrada através da consciência masculina, individual ou coletiva. Assim que uma mulher sabe que uma criança está crescendo dentro do seu corpo, ela encontra-se sob o poder de teorias, ideais, arquétipos, descrições sobre sua nova existência; quase nenhuma das quais desenvolvidas por outras mulheres (embora outras mulheres possam transmiti-las); todas essas idéias flutuam invisivelmente ao redor dela desde que ela se percebeu mulher pela primeira vez, e como tal, uma mãe em potencial. Precisamos saber o que, em meio ao caótico processo de criação de imagens e produção de teorias, vale a pena ser salvo, pelo menos para entendermos melhor uma idéia tão crucial para a história, a condição que tem sido violentamente arrancada das próprias mães para dar suporte ao poder dos pais.⁴

Iniciando com uma afirmação óbvia – mas que durante milênios foi manipulada pela civilização patriarcal – de que toda vida humana no planeta tem origem na mulher, Rich desenvolve sua visão do papel da mãe em nossa sociedade, dialogando com as construções que a mitologia, antropologia, medicina, psicanálise e literatura nos transmitiram. Ela apresenta suas experiências pessoais de mulher e mãe, em interface com sólida pesquisa acadêmica. Denunciando a quase inexistência de fontes de autoria feminina para sua pesquisa, Rich busca desconstruir hipóteses – não adequadamente examinadas – encontradas no conhecimento institucionalizado sobre a maternidade, tais como o conceito do “chamado sagrado”, o imperativo da reprodução, ao qual toda mulher, uma futura *mater dolorosa*, jamais poderá fugir. À imagem da mãe castradora, sofredora, culpada, aterrorizante, nutridora, frígida e continente escuro, ameaçador, construída na cultura patriarcal, ela contrapõe uma transformação dinâmica concebida a partir da própria mulher – *Of woman born*.

A terceira fase, ainda em curso – agora num ambiente pós-moderno –, busca (re)definir os termos mãe/maternal/maternidade, com críticas, defesas e negociações, buscando integrar e ao mesmo tempo problematizar *insights* anteriores. Percebemos uma mudança gradual da função maternal, a qual se situa numa espécie de encruzilhada, já que a maternidade é um dos pilares que sustentam o patriarcado e também um componente importante da identidade feminina – a maternidade é, ao mesmo tempo, um *locus* de poder e opressão, auto-realização e sacrifício, reverência e desvalorização.

O que é ser mãe? O que significa “maternal”? Não podemos imaginar que há respostas definitivas para essa complexa indagação, formulada a partir de variadas perspectivas. Acredito que o feminismo começa a escutar as histórias que as mães têm para contar; acredito também na importância da ressignificação da mãe/do

maternal, para que possamos nos livrar de sacralizações e fantasias que nós mulheres naturalizamos por tanto tempo.

No estágio inicial desta pesquisa, estudamos alguns discursos filosóficos, mitológicos e antropológicos sobre a maternidade. Observamos que as narrativas mitológicas genesíacas usurparam da mulher o poder da criação; essas narrativas foram consolidadas pela racionalidade do discurso filosófico, do qual Aristóteles é um brilhante representante, com seu conceito de fêmea como “macho mutilado” que fornece apenas a matéria, cabendo ao homem fornecer o princípio da alma na formação da vida.⁵

O discurso científico da antropologia também nos trouxe teses polêmicas, como a do matriarcado nas sociedades primitivas, defendida por Robert Briffault. Na busca pela compreensão da universalidade da hierarquia de gênero, a antropologia tem identificado diferentes configurações de parentalidades que problematizam os tradicionais papéis da mãe.⁶ No presente trabalho, buscamos entender a problemática da maternidade a partir da psicanálise, sobretudo a contribuição de psicanalistas feministas, as quais desenvolveram uma posição crítica quanto a algumas formulações básicas da psicanálise, demonstrando que a biologia não é suficiente para explicar a orientação sexual e a identidade de gênero. Elas demonstram como, ao teorizar sobre o desenvolvimento da nossa sexualidade, a reprodução, os diferentes papéis do pai e da mãe na família, Freud nos mostra como a natureza se transforma em cultura e como a cultura transforma-se em quase uma “segunda” natureza, ou seja, comportamentos aprendidos tornam-se naturalizados. Em *Moisés e o monoteísmo*, Freud retoma um dos pontos centrais de sua teoria: o processo pelo qual a criança abandona sua mãe e volta-se para o pai – o que para ele representa uma vitória do espírito sobre o corpo, o primeiro passo de superação da simples percepção pelos sentidos em direção a processos mentais mais elaborados, ao desenvolvimento do intelecto e à cultura. Na teoria da sexualidade construída por Freud, a mãe é o objeto sexual mais desejado – uma figura universalmente idealizada e temida. O corpo da mãe é o bode expiatório para os temores da carne, da mortalidade; ao mesmo tempo, é o ídolo no qual tentamos recriar nossa união perdida com a mãe-carne. Entretanto, ao enfatizar na sua teoria a fase edípiana, Freud perigosamente negligencia a fase pré-edípiana, para ele inatingivelmente reprimida: “Tudo na esfera dessa primeira ligação com a mãe me parecia tão difícil de apreender nas análises – tão esmaecido pelo tempo, tão obscuro e quase impossível de revificar – que era como se houvesse sucumbido a uma repressão especialmente inexorável.”⁷

A psicanalista Karen Horney não teve sua formação influenciada pelo determinismo/biologismo do século XIX como Freud, de quem se distancia radicalmente, apesar de ter sido sua aluna; ela incorporou valores morais, estéticos e espirituais na sua metodologia de investigação e prática em psicanálise. Na sua visão holística da psique, Horney incorpora a contribuição da antropologia na análise da função primordial da mulher em sociedades matriarcais primitivas. Trabalhando com

a problemática (para ela ainda não satisfatoriamente compreendida) da dependência primordial da criança em relação à mãe, Horney – ela própria mãe de três filhos – reflete sobre uma possível consequência da injustamente ignorada superioridade fisiológica da mulher. Horney imagina que talvez mecanismos tenham sido defensivamente desenvolvidos como uma forma de tentar assimilar, compensar, ou mesmo negar essa dependência: “Não seria a tremenda força no homem do impulso para o trabalho criativo em vários campos, precisamente provocada pelo seu sentimento de ter um papel relativamente pequeno na criação da vida, o que constantemente o impele para uma compensação em outras realizações?”⁸

Para ela, Freud ignorou a importância da maternidade para a psicologia feminina, bem como o significado da inveja – por parte do homem – da gravidez, do parto, da amamentação e maternação, já que ele teorizou o feminino a partir do paradigma masculino:

E o que podemos dizer sobre a maternidade? sobre a consciência abençoada de trazer dentro de si uma nova vida? A alegria indescritível da crescente expectativa do aparecimento deste novo ser? [...] A inveja do pênis tenta negar e desviar a atenção sobre isto, possivelmente por causa de medo e inveja masculinos.⁹

Neste incessante questionamento das posições normativas e universalizantes sobre maternidade, destacamos o trabalho de Cixous, Irigaray, Kristeva, que desenvolveram uma teoria instigante sobre a relação mulher/mãe. Essas teóricas utilizam a problemática da maternidade a partir da psicanálise, mas enfatizam a fase pré-edipiana, quando os esforços cognitivos da criança são quase que exclusivamente direcionados para a mãe. Para elas, a fase pré-edipiana – uma “presença ausente” – subverte a fase edipiana, ao revelar o substrato patriarcal de todo desenvolvimento psíquico. Como ilustrado acima com a citação de Freud, a fase pré-edipiana não tem história, não tem narrativa – assim, só pode ser alcançada retrospectivamente (depois de abandonada), não através de processos conscientes ou da memória, mas através de projeções e fantasias. Cixous enfatiza o potencial transgressor do desejo reprimido, o qual consegue ser veiculado também através da literatura: “se meu desejo é possível, significa que o sistema já está deixando entrar alguma coisa. Os poetas sabem disto; tudo que pode ser pensável é real, como sugere Blake.”¹⁰

Para Cixous, a essência da feminilidade está no útero; ela transforma o corpo em fetiche em relação à escrita, com o conceito de *écriture féminine*, bem ilustrado nas suas construções teórico-poéticas. Essa posição traz o perigo de se idealizar e mistificar esta determinada/determinante função/experiência de maternidade, revivendo uma identificação entre feminilidade e maternidade que não contribuiu muito para o processo de emancipação da mulher. Entretanto, construindo um discurso mais liberador sobre a questão do corpo, não matéria mas metáfora, Cixous mostra a força – ilusória? – do imaginário pré-edipiano:

Vamos des-mater/paternalizar. Vamos desfeticizar. Não iremos negar a nós mesmas as delícias de uma gravidez que é sempre dramatizada, evitada ou amaldiçoada nos textos clássicos. Pois se há algo específico que é reprimido, é aí onde ele pode ser encontrado: o tabu da mulher grávida é bastante revelador do poder que parece ser investido nelas.¹¹

A contribuição teórico-poética de Cixous aponta para uma escrita que seja excessiva, escorregadia, que reintroduza a materialidade da voz e re-explore o corpo. Elogiada por Derrida,¹² Cixous “brinca” com a linguagem e nos apresenta a figura da mãe como fálica e castrada, presente e ausente, onipotente e impotente. Inexprimível – ou melhor, sempre mediado através do simbólico, o corpo da mãe é utilizado por Cixous como uma metáfora privilegiada com potencial para uma feminilidade subversiva. Essa posição é considerada minoritária pelas teóricas de linha anglo-saxônica, devido à sua natureza intencionalmente – para Cixous, inevitavelmente – ex-cêntrica em relação ao poder definido pelo simbólico; isto nos colocaria numa prática lingüística poético-maternal que de certa forma reforça, por não contestar, por estar à margem da hegemonia do Simbólico.

Cixous aproxima-se do conceito do *semiótico* celebrado por Kristeva, a qual constrói essa suposição teórica para recuperar a “narrativa primitiva” do poder da mãe e do temor que o homem sente deste poder. Para Kristeva, o semiótico existe nos processos primários da fase pré-edipiana.¹³ São pulsões que se originam no *chora* (do grego: espaço fechado, útero) e que precedem o simbólico. Quando o sujeito entra na ordem simbólica, a qual se inicia na fase do espelho¹⁴ e se completa na fase edipiana, o *chora* já terá sido reprimido com razoável sucesso; será então percebido apenas como uma pressão pulsional – uma dimensão heterogênea, perturbadora da linguagem, mas nunca alcançada/apreendida pela linguagem simbólica.

Na edição do seu livro *The Kristeva reader* (1986), Toril Moi comenta sobre esse impasse na linguagem, ao mesmo tempo sujeita a – e subversiva da – “Lei do Pai”; se o Imaginário é um efeito do Simbólico, é o Simbólico que estrutura o Imaginário de tal forma que em um certo sentido o Imaginário não existe, já que não é simbolizado. Seria então a teoria semiótica uma contradição, uma metalinguagem? Ela subverte e depende da “Lei” ao mesmo tempo. Entretanto, nos lembra Moi, sem qualquer tipo de estrutura do sujeito, nenhuma ação significativa, criativa, seria possível. Essas contradições de se tentar teorizar o que não pode ser teorizado – e que apontam para a dimensão semiótica como paradoxal – não devem levar à inércia, mas a uma renovada criatividade: a prática semiótica deve sempre analisar sua própria posição discursiva, e assim renovar suas ligações com as forças heterogêneas da linguagem – é isto que, para Kristeva, torna a linguagem algo produtivo.

Kristeva parece reconhecer as dificuldades de se identificar a maternidade como experiência, já que ela é sempre mediada pelas estruturas simbólicas de representação. Entretanto, concordamos com ela que é possível trabalhar com/contra o Simbólico, subvertendo suas estruturas a ponto de abrir espaço para outras formas de

discursos sobre o maternal que vão além dessa imagem de corpo antes da linguagem, irrepresentável, presente/ausente. Em seu artigo "Difference on Trial: A Critique of the Maternal Metaphor in Cixous, Irigaray and Kristeva", Domna Stanton reforça a desestabilizadora prática discursiva dessas teóricas: "apenas a reativação, a erupção do semiótico/materno pode fraturar e remodelar o simbólico e produzir o heterogêneo, que é a marca do poético. A linguagem poética, a arte em geral, é então a 'semiotização do símbolo'".¹⁵ Resta-nos analisar como a obra literária efetua essas mudanças no simbólico.

Para Tereza Brennan, a teoria de Kristeva baseia-se numa visão da linguagem como um "sistema de significação móvel e provisório e aponta para a possibilidade de uma escrita que subverte as convenções da narrativa, roubando fragmentos de discurso e colocando-os em usos inovadores."¹⁶ Podemos verificar esta prática em *Stabat Mater*, o brilhante texto teórico/semiótico, no qual Kristeva anatomiza o mito da Virgem Maria e simultaneamente produz subversivos graus de ressignificação poética dos significados patriarcais desse mito.

Direcionando essas preocupações para o terreno da literatura, percebemos que os textos literários de uma certa forma reforçam esse silêncio sobre gestação, parto, relação mãe/filha, maternação. Além disto, a mãe não aparece como um indivíduo em si: pensar a mãe nesses romances é pensar sua intrínseca qualidade relacional – ou seja, a mãe existe a partir de sua "produção" de uma criança, e sua identidade é portanto inexistente fora dessa díade. A palavra *mothering* curiosamente evidencia essa característica. Mas a mãe precisa tornar-se o sujeito dessas construções textuais, pois ainda é um autor bastante ausente nessas narrativas. No livro *The (m)other tongue: essays in feminist psychoanalytic interpretation* (1985), argumenta-se que a psicanálise "mesmo que coloque no início da formação do *self* a presença ou ausência da mãe, precisa desenvolver uma história da mãe que não seja apenas o objeto de desejo da criança ou a matriz a partir da qual a subjetividade da criança se desenvolve."¹⁷

Em *Dear mother: an anthology of women writing to or about their mothers* (1994), verificamos que a mãe é muitas vezes objeto de construção ficcional (idealizada, demonizada) de suas filhas; neste livro, Virginia Woolf comenta sobre sua mãe, a grande força silenciosa em sua vida: "ela teve mais influência sobre mim que os apóstolos de Cambridge".¹⁸ Como bem observa Tillie Olsen em *Silences*, poucas escritoras são mães – referindo-se principalmente às escritoras de século XIX. Embora esta realidade tenha se modificado enormemente nas últimas décadas, observamos que as mães-escritoras não têm utilizado em suas obras este valioso material naturalmente à disposição delas, a partir de suas experiências de mães.

No livro *Mother: famous writers celebrate motherhood*, a editora Claudia O'Keefe comenta sobre essa produção: "Essas escritoras nos mostram mulheres que aprendem, deleitam-se com, vivem para, rezam por, são frustradas e aterrorizadas por,

perdem, rejeitam, encontram, redimem-se, baseiam-se, defendem, e oferecem a outras pessoas a sua visão do que é ser mãe". Entretanto, continua ela, repetindo as palavras da escritora estadunidense Amy Tan, cujo romance *The joy luck club* (1989) constrói a genealogia de quatro admiráveis mães chinesas que emigraram para os Estados Unidos: "a maternidade tem sua própria força. Não acredito que ninguém encontrou, ou encontrará, palavras adequadas para descrevê-la."¹⁹

Uma rápida olhada pela literatura inglesa (minha área de ensino e pesquisa) evidencia esse silêncio. Embora identifiquemos a presença da mãe em quase todos os romances lidos, a maternidade é raramente a temática central; as mães muitas vezes representam forças conservadoras contra as quais os personagens têm de lutar. Essa repressão do maternal pode ser identificada na literatura pela enorme quantidade de mães mortas, como por exemplo nos romances *Emma*, *Persuasion*, *Wuthering heights*, *Jane Eyre*. Em *Frankenstein*, Mary Shelley cria uma fabulosa história de terror que desvia o mito tradicional da criação, alertando entretanto para as conseqüências da manipulação da ciência nesse processo. Esses romances se iniciam a partir da "poética da perda" – com a morte da mãe como condição necessária ao desenvolvimento da subjetividade da personagem central, como observa Carolyn Denver no seu livro *Death and the mother. From Dickens to Freud* (1998).

As mães são também personagens trivializadas, cômicas (*Pride and prejudice*, *The mill on the floss*), ineficazes, impotentes, silenciosas/silenciadas (*Mansfield park*, *Shirley*). Os exemplos são inúmeros, sobretudo se incluíssemos em nossa análise a ficção de autoria masculina, em que são inúmeras as imagens idealizadas ou demonizadas da mãe, das quais *Sons and lovers* (D.H.Lawrence) e *Moll Flanders* (Henry Fielding) são exemplos paradigmáticos.

A partir das contribuições da psicanálise, observamos um gradual processo de modificação dos paradigmas edipianos, através de outras economias psicológicas e narrativas; essas narrativas nos mostram que, como brilhantemente afirma Luce Irigaray em seu ensaio "Body against body; in relation to the mother", o impulso que se esconde por trás do falocentrismo é a matrofobia:

Nossa sociedade e nossa cultura operam sobre a base de um matricídio original. Quando Freud, notadamente em *Totem e Tabu*, descreve e teoriza sobre o assassinato do pai como o ato fundador para a horda primitiva, ele esquece um assassinato ainda mais antigo, aquele da mãe, necessário para a fundação de uma ordem específica na cidade.²⁰

Para a psicanálise, a repressão da mãe situa-se precisamente no estágio a partir do qual se origina a linguagem, da mesma forma que a narrativa se estrutura muitas vezes a partir da eliminação da figura da mãe. Entretanto, as psicanalistas feministas também demonstram como o estágio pré-verbal, pré-edipiano, pode ser construído, não através da memória, mas pela fantasia, como Kristeva desenvolve em *Stabat Mater*. Como bem observa Brennan em seu livro *Psicanálise e Feminismo*, "o texto literário tem uma capacidade misteriosa de revelar o não-dito; assim, podem deixar a mãe e o maternal falarem."²¹

A partir dos anos 1970, estudos feministas têm analisado a maternidade na literatura; pesquisando na *British Library* sobre este tema, identificamos, em 2003, 513 entradas. A produção ficcional tem articulado a temática da gestação, parto e maternação, a partir da perspectiva da mulher – algumas vezes de forma idealizada, ou sob formas que perpetuam a equação mulher/mãe, mas apresentando também outras construções discursivas que apontam para novas imagens da mãe. Em *The mother knot* (1987), Jane Lazarre nos relata sua experiência pessoal de maternidade, seus contraditórios sentimentos de prazer e dor, amor e raiva, excitação e tédio; segundo ela, essas ambivalências ameaçaram sua sanidade mental, pois ela sentia que sua experiência de maternidade estava enormemente distanciada das definições que ela havia naturalizado como mulher. Essas obras evidenciam um processo de busca de identidade com nossas mães que, mesmo ocorrendo na ordem Simbólica, fálica, pode trazer elementos para subverter essa ordem. Lembramos aqui os romances, *The millstone* (MARGARET DRABBLE, 1965), *Woman at the edge of time* (MARGE PIERCY, 1980), *Wise children*, (ANGELA CARTER, 1991) *The handmaid´s tale* (MARGARET ATWOOD, 1998), *Fair exchange* (MICHÈLE ROBERTS, 2000), entre tantos outros.

Nessa atmosfera de novas produções teóricas e ficcionais sobre a maternidade, quais seriam as implicações dos debates psicanalistas para as estruturas narrativas? Estaria a ficção refletindo as oscilações entre a ligação materna e paterna e as representações múltiplas sofridas no decorrer do desenvolvimento da mulher? Acreditamos que sim. Considerando a inegável contribuição da literatura na construção de práticas mais libertárias sobre a maternidade, é animador constatar uma crescente e vigorosa prática contestatória de imagens tradicionalmente categorizadas como negativas. Essas imagens são discursivamente transformadas com associações positivas que passam a produzir subjetividades e identidades novas para a mulher-mãe, como passaremos a ilustrar brevemente com a escritora inglesa contemporânea Michèle Roberts. Na maioria de seus romances, Roberts explora a problemática do relacionamento entre mães e filhas.²² Ela fala sobre isto, em entrevista para a BBC: “Durante muito tempo tive um relacionamento bastante difícil com minha mãe. [...] depois consegui alcançar minha mãe novamente [...]. Esta busca por um paraíso perdido, por uma linguagem perdida [o francês], por uma mãe perdida, por um corpo maternal perdido, tem sido minha maior fonte de inspiração”. A escritora dá centralidade a essa temática de grande interesse pessoal, talvez consequência de circunstâncias de sua própria vida. Roberts confessa que se tornou estéril em função de problemas de controle de natalidade anteriores; entretanto, ela confessa que vê na criação literária uma força compensatória para sua incapacidade de gerar filhos: “mas claro que livros são como bebês”.²³

Numa criativa prática intertextual com obras canônicas, Roberts expõe os mecanismos de disciplinamento dessas construções e tenta desestabilizar as polaridades masculino/feminino; cultura/natureza; positivo/negativo, subvertendo assim o

binarismo patriarcal que valoriza o ideal de paternidade sobre o real da maternidade. No seu romance *Fair exchange*, Roberts inspira-se na vida e nos amores de Mary Wollstonecraft e William Wordsworth, o qual teve uma filha ilegítima com Annette Vallon, fato tornado público apenas após sua morte.²⁴ No início do século XIX, Louise, uma camponesa francesa que está à beira da morte, chama o padre a quem confessa o que para ela é um terrível segredo; com a autoridade narrativa a ela confiada pela romancista, Louise conta a história que tem início no final do século anterior, quando Jemima (Wollstonecraft) deixa Londres e vai para Paris, seguindo sua professora, que também pretende engajar-se na Revolução Francesa; grávida de seis meses, Jemima recolhe-se em um vilarejo onde reside Louise (mãe de 4 filhos, um deles, já morto) com sua mãe Amalie. Sua chegada coincide com a chegada de outra mulher, também solteira e grávida (Annette), para lá enviada por seus pais para esconder a vergonhosa gravidez e esquecer o jovem poeta inglês William (Wordsworth). A esposa de William está longe de representar a imagem idealizada da maternidade: uma mulher frágil, dependente e infeliz, sofre 2 abortos, perde outros 4 filhos, tem outros 4 e espera um outro. Jemima e Annette passam a residir num convento abandonado, onde, ajudadas por Louise, dão à luz suas filhas. Os pais estão presentes apenas na ocasião do nascimento; entretanto, motivados pela comprovação da hipótese da influência genética sobre a formação sociocultural de suas filhas, eles trocam os bebês, ajudados por Louise. Ao final, quando Annette já está morta, esta trama é descoberta e Jemima – que quase enlouquece após a morte de quem ela pensa ser sua filha – reencontra sua filha verdadeira (inspirada não na figura de Mary Shelley, mas na primeira filha de Wollstonecraft, Fanny Imlay). Estruturado a partir de uma perspectiva marginal – uma simples camponesa que declara suas dúvidas sobre os complexos incidentes que ela narra (ou melhor, “confessa” à autoridade patriarcal da Igreja) –, o romance estabelece o espaço doméstico do convento como um espaço de trabalho e dor, sofrimento e espera, realização e conforto mútuo entre mulheres de classes, nacionalidades e gerações distintas – todas elas unidas pela experiência da maternidade. A independente feminista Jemima, que a princípio teme perder sua individualidade e ser “tragada pela maternidade” (p.115), ao reencontrar sua filha, encontra-se a si mesma: “Amor. Brotou como uma planta e floresceu. O amor havia gerado Caroline dentro dela e agora o amor fazia ambas crescerem” (p. 237).

Acredito que o trabalho da escritora Michèle Roberts, sua confessada busca de identificação com a mãe e sua narrativa desafiadora da “Lei do Pai” nos mostram que, como pensa a teórica francesa Helene Cixous, a mãe é, na verdade, a fonte da voz original da criança, o proibido, o aterrorizador, contra o qual o sujeito tem de lutar para emergir como sujeito. Concordo com a pesquisadora brasileira Susana Funck, a qual vê com otimismo o fato de o feminismo estar começando a recolocar a problemática da maternidade e as qualidades tradicionais associadas à feminilidade no centro do debate sobre gênero. Esta atitude, segundo ela, pode sem dúvida contribuir para uma revisão diferente das oposições binárias do discurso patriarcal, ao inverter o equilíbrio de poder atribuído ao homem (FUNCK, 1998, p. 58).

Abstract: The present paper explores some theoretical studies which have been trying to conciliate feminism and motherhood, and its relation with literature. From a psychoanalytical perspective, they deconstruct patriarchal myths which regulate the complex experience of motherhood; they analyze the fragilities and inconsistencies of the Edipian paradigm, identify other psychological and narrative economies, which try to resignify motherhood from the woman's perspective. Cixous, Irigaray and Kristeva, and more recent contributions for a feminist theory of motherhood. Brief analysis of this theme in english literature.

Keywords: psychoanalysis; motherhood; contemporary english literature.

(Recebido e aprovado para publicação em agosto de 2005.)

Notas

¹ Este trabalho é um dos resultados do projeto de pesquisa desenvolvido no Centre for Interdisciplinary Gender Studies da Universidade de Leeds, com apoio da Capes, através da concessão de bolsa de pós-doutorado.

² CHODOROW, 1978, p. 218.

³ "O estudo feminista sobre a maternidade mais substancial já produzido no ocidente" (BADINTER, 1985, p. 15).

⁴ RICH, 1981, p. 62.

⁵ AGONITO, 1977, p. 46-47.

⁶ *Woman, culture and society*, principalmente "Matrifocality in Indonesia, Africa and among black Americans".

⁷ FREUD, 1969, p. 234.

⁸ HORNEY, 1993, p. 61.

⁹ *Ibidem*, p. 19.

¹⁰ CIXOUS; CLEMENT, 1987, p. 78.

¹¹ *Ibidem*, p. 19.

¹² Vários trabalhos apresentados num encontro internacional (do qual participei) sobre a obra de Cixous – *Secret Passages: Helene Cixous on the Frontiers of Literature*, organizado pelo Center for Cultural Analysis, Theory and History da Universidade de Leeds em novembro de 2003 – registram o reconhecimento de Derrida, para quem o trabalho de Cixous é uma "ausência dentro da presença" (in *Presences: Desconstruindo a Desconstrução*, trabalho apresentado pelo pesquisador francês Laurent Dubreuil). Na conferência de abertura – *O livro que não escrevo* –, Cixous define sua mãe como "meu farol".

¹³ Na fase pré-natal, a criança é fisicamente parte do corpo da mãe, de quem recebe os nutrientes e demais elementos formadores do seu corpo. Essa dependência física torna-se também emocional e estende-se após o nascimento; a identificação primária da criança é com sua mãe. Somente numa fase posterior do seu desenvolvimento, a criança identifica-se com o pai, num processo secundário de identificação (FLAX, 1990, p. 47).

¹⁴ Os conceitos de Lacan sobre o Imaginário e o simbólico correspondem, respectivamente, ao Semiótico e Simbólico de Kristeva (MOI, 1986, p. 15). Conforme nos explica Jane Gallop em seu livro *Reading Lacan*, a perda da mãe na fase pré-edipiana é traduzida por Lacan para um conceito mais generalizado de perda originária, uma falta no sujeito, deslocada e velada pela linguagem, mas que persiste como desejo inconsciente. Segundo Gallop, o que Lacan chama de Desejo é precisamente o resultado desta repressão primária que provoca uma nostalgia para além do *nostos* (do grego: *retorno*), para além do desejo de retorno; um desejo que nunca pode ser satisfeito porque o “objeto” simplesmente não pode ser definido; assim, “repressão primária” seria precisamente aquilo que é deixado de fora da articulação através da linguagem (MOI, 1986, p. 150). O Desejo, conceito-chave para Lacan, desafia a unidade do sujeito e conseqüentemente qualquer possibilidade de uma identidade sexual unitária, fixa. A estruturação patriarcal do desejo – ser-na-perda (*lack-in-being*) – ocorre no estágio do espelho, quando então o sujeito localiza-se numa ordem que está fora dele, e ele se sujeita àquela ordem – mãe e filho assim se posicionam na ordem simbólica da linguagem e da cultura, governados pela Lei do Pai. Ainda segundo Gallop, a castração para Lacan não é apenas sexual, mas lingüística: destituído de qualquer controle e compreensão completa da linguagem, significamos a nós mesmos/as num sistema simbólico que não comandamos; ao contrário, ele nos comanda (MOI, 1986, p. 20). A partir daí, Lacan questiona então a ilusão da autoridade fálica.

¹⁵ STANTON apud MILLER, 1986, p. 166.

¹⁶ BRENNAN, 1989, p. 144.

¹⁷ GARNER; KAHANE; SPRENGNETH, 1985, p. 25.

¹⁸ WOOLSEY; KING, 1994, p. 2.

¹⁹ O'KEEFE, 1996, p. XV.

²⁰ IRIGARAY, 1993, p. 11.

²¹ BRENNAN, 1989, p. 145.

²² *A piece of the night* (1978), *The visitation* (1983), *The wild girl* (1984), *The book of Mrs. Noah* (1987), *In the red kitchen* (1990), *Daughters of the house* (1992), *During mother's absence* (1993), *Flesh and blood* (1994), *Impossible saints* (1997), *Fair exchange* (1999), *The looking glass* (2000), *Playing sardines* (2001), *The mistressclass* (2003).

²³ Acervo sobre Michele Roberts disponível no site da “BBC World Service”.

²⁴ FALCUS, Sara, 2002, p. 181.

Referências

AGONITO, Rosemary. *History of ideas on woman*. New York: Paragon, 1977.

BADINTER, Elizabeth. *Um amor conquistado*. O mito do amor materno. 2. ed. Trad. Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

BEAUVOIR, Simone. *The second sex*. Trad. H. Parshley. 3. ed. New York: Vintage Books, 1989.

- BRENNAN, Teresa. *Between feminism and psychoanalysis*. London: Routledge, 1989.
- BRIFFAULT, Robert. *The Mothers*. 3.ed. London: George Allen & Unwin Ltd., 1959.
- CHODOROW, Nancy. *The reproduction of mothering*. Psychoanalysis and the sociology of gender. Berkeley: University of California Press, 1978.
- _____. *Feminism and psychoanalytic theory*. New Haven: Yale University Press, 1989.
- CIXOUS, Hélène; CLEMENT, Catherine. *The newly born woman*. Trad. Betsy Wing. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1975c, 1987.
- DENVER, Carolyn. *Death and the mother from Dickens to Freud*. Cambridge: Cambridge University Press, 1998.
- DINNERSTEIN, Dorothy. *The mermaid and the minotaur*. Sexual arrangements and human malaise. 4. ed. New York: Harper & Row, Publishers, 1977.
- ENGELS, Friedrich. *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*. Trad. Leandro Konder. 5. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.
- FALCUS, Sara. *Corpses in the church and mouths of men: mothers, daughters and the maternal in selected novels of Michele Roberts*. 2002. Tese (Doutorado)–University of Aberden, Aberden, 2002.
- FLAX, Jane. *Thinking fragments: psychoanalysis, feminism and postmodernism in the contemporary west*. Berkeley: University of California Press, 1990.
- FREUD, Sigmund. *Moisés e o monoteísmo*. Trad. José Otávio A. Abreu. 2. ed. Rio de Janeiro: Imago, 1973.
- _____. *Sexualidade feminina*. In: _____. *Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. Trad. José Otávio de A. Abreu. v. 22. Rio de Janeiro: Imago, 1969. p. 231-251. Edição Standard Brasileira.
- _____. *Totem and taboo*. In: _____. *Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. Transl. James Strachey. v. 13. London: Vintage Books, 2001. p. 1-161.
- FUNCK, Susana B. *Feminist literary utopias*. Florianópolis: UFSC, 1998.
- GALLOP, Jane. *Reading Lacan*. London: Cornell University Press, 1985.
- GARNER, Shirley N.; KAHANE, Claire; SPRENGNETHER, Madelon (Ed.). *The (m)other tongue, essays in feminist psychonanalytic interpretation*. Ithaca: Cornell University Press, 1985.
- HORNEY, Karen. *Feminine psychology*. 3. ed. New York: W.W.Norton & Company, 1993.
- IRIGARAY, Luce. *This sex which is not one*. Trad. C. Porter e C. Burke. 2. ed. Ithaca: Cornell University Press, 1985.
- _____. *Sexes and genealogies*. Gill. 2. ed. New York: Columbia University Press, 1993.
- KRISTEVA, Julia. *Stabat mater*. In: MOI, Toril. *The Kristeva Reader*. Oxford. Blackwell, 1986.
- LAZARRE, Jane. *The mother knot*. Londres: Virago, 1987.

- MILLER, Nancy (Ed.). *The poetics of gender*. New York: University of Columbia Press, 1986.
- MOI, Toril. *The kristeva reader*. Oxford: Blackwell, 1986.
- O'KEEFE, Claudia. *Mother*. Famous writers celebrate motherhood. New York: Pocket Books, 1996.
- OLSEN, Tillie. *Silences*. 5. ed. New York: Laurel: Seymour Lawrence, 1978.
- RICH, Adrienne. *Of woman born*. Motherhood as experience and insitution. 3. ed. London: Virago, 1981.
- ROBERTS, Michèle. *Fair exchange*. 2. ed. London: Methuen, 2000.
- TUTTLE, Elaine. *Mother without children; contemporary fiction and the crisis of motherhood*. Berkeley: University of California Press, 1997.
- WOOLSEY, Marijke; KING, Susan (Ed.). *Dear mother: an anthology of women writing to or about their mothers*. London: Women´s Press, 1994.